

TEMAS E REFLEXÕES

Nº 7 – Julho de 2007

A MARINHA E O ISCSP: Uma Relação Centenária

Pedro Borges Graça

Professor Auxiliar

ISCSP/UTL

Grupo de Estudos e Reflexão Estratégica

Edições Culturais da Marinha

LISBOA

O Autor

É Professor Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, onde obteve os graus de Mestre em Estudos Africanos e de Doutor em Ciências Sociais. É actualmente regente das disciplinas de Continente Africano, História e Projecção da Cultura Portuguesa e Informações Estratégicas. Foi Conferencista de Relações Internacionais no Instituto de Altos Estudos da Força Aérea. Em comissão de serviço, foi Director de Departamento do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares. Entre os trabalhos publicados contam-se *O Tratamento da Informação Estratégica em Portugal* (2007), *A Identidade Nacional Portuguesa* (2005), *A Construção da Nação em África* (2005) e *Metodologia da Análise nas Informações Estratégicas* (2004). É sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa e do Círculo de Reflexão Lusófona.

O Grupo de Estudos e Reflexão Estratégica (GERE), foi criado pelo Despacho número 2/07, de 29 de Janeiro, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA), sucedendo ao Grupo de Estudos e Reflexão de Estratégia, já com sete anos de existência.

Ao GERE, situado na directa dependência do Almirante CEMA, incumbe, numa forma geral, a elaboração e divulgação de estudos sobre assuntos estratégicos de interesse geral e em especial para a Marinha. No âmbito das suas competências específicas, o GERE promove a publicação de matérias que tenham analogia com a sua actividade, através das colecções dos *Cadernos Navais*, editados pela Comissão Cultural da Marinha.

TÍTULO:

A MARINHA E O ISCSP: Uma Relação Centenária

COLECÇÃO:

Temas e Reflexões

NÚMERO/ANO:

7/Julho 2007

EDIÇÃO:

Comissão Cultural da Marinha
Grupo de Estudos e Reflexão Estratégica (GERE)

ISBN 978-972-8004-97-2

Depósito Legal n.º 183 119/02

Tiragem: 600 exemplares

EXECUÇÃO GRÁFICA:

António Coelho Dias, S. A.

A MARINHA E O ISCSP: Uma Relação Centenária

Pedro Borges Graça
Professor Auxiliar
ISCSP/UTL

1. O TRONCO COMUM

"Tive a inesquecível honra de ouvir, lá nos confins de Angola, da boca do Chefe do Estado (...) algumas palavras que me qualificam como dedicado a dois pensamentos: a Marinha e o Ultramar. Têm sido, na verdade, os dois pólos da minha vida. Estou em crer que são um único, pois que separados mal poderiam existir, assim como do mesmo tronco nasceram".¹

Estas não são palavras minhas, como é óbvio, mas sim do Almirante Sarmento Rodrigues que as proferiu no discurso de passagem da pasta de Ministro do Ultramar para o Professor Raul Ventura, em 1955. Se outra razão não existisse, não deixaria de ser imperativo invocar aqui, neste momento, a sua memória: figura ímpar de português e oficial de marinha, homem de ciência e cultura, de pensamento e de acção que, entre tantas outras obras, desenhou a matriz desta Academia onde hoje nos encontramos e da qual foi o seu primeiro presidente. Nas palavras de Adriano Moreira, *"um homem sem a menção do qual não é possível escrever a história portuguesa"*.²

É pois para mim uma honra dirigir-me à Academia de Marinha a respeito da relação centenária entre a Marinha e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, o ISCSP, *"a nossa escola"*, como nós, *"iscspianos"*, gostamos de referi-la. O Almirante Sarmento Rodrigues também se lhe referia assim, como pode ser observado num dos seus primeiros discursos enquanto Ministro das Colónias, em 1950, ao lembrar a sua dupla condição de ex-aluno e de professor da Escola Superior Colonial, a nossa antiga matriz institucional.³

Deste modo se vê, neste momento de lembrança da conexão entre duas casas tradicionalmente devotadas a servir Portugal, outras razões para invocar a memória do Almirante, que na nossa escola se mantém ainda viva como o reformador modernista que, naqueles anos 50 do século passado, nos transformou em Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. Colocou-nos assim à beira

da autonomia universitária que almejavamos desde a génese do projecto, esboçado ainda no século XIX, pouco tempo após a criação da Sociedade de Geografia de Lisboa, autonomia essa que seria finalmente atingida dez anos depois sob a liderança do Professor Adriano Moreira com a integração do então redesignado Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, patrocinada pelo seu reitor de então, Professor Moisés Amzalak, na Universidade Técnica de Lisboa, a qual tem a *caravela* como símbolo e a divisa "*para que cresçam as rendas e abastanças*".

É por isso que dentre o leque de razões para invocar nesta ocasião o Almirante Sarmento Rodrigues sobressai a *relação axial* que este manteve com o então jovem e futuro professor Adriano Moreira. Relação, ao que julgo saber, cheia de cumplicidade transmontana, firme nos valores e convicções, e que seria decisiva para o rumo que a nossa escola viria a tomar. Ninguém melhor que Adriano Moreira para nos transportar no tempo e revelar o espírito dessa relação, como fez em 1985 na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e repetiu, em 1999, nas comemorações do centenário do seu nascimento promovidas pela Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta e por esta Academia:

"Foi nesse tempo, pela década de 50, que me deu a honra de me pedir a colaboração, encarregando-me de estudar a reforma dos serviços prisionais do ultramar, trabalho a que dei forma na minha tese O Problema Prisional do Ultramar (1954), prémio Abílio Lopes do Rêgo da Academia das Ciências, com o qual ganhei, por concurso, o lugar de professor do então Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (...) devoção por Sarmento Rodrigues foi completa a partir desse primeiro encontro, e a paixão pelo ultramar, como para muitos homens da minha geração, foi ele quem a provocou, mudando completamente o curso da minha vida até ali dirigida para as tarefas do foro.⁴

Encontro portanto providencial que espoletou a criatividade científica e pedagógica de Adriano Moreira, igualmente homem de pensamento e de acção, figura cimeira da vida pública e da cultura portuguesa e da Universidade neste último meio século. Entre outras obras, refundou a nossa escola no sentido dos valores universitários da liberdade de pensamento e de procura da verdade, ao serviço de Portugal, renovando as ciências sociais e inovando até hoje a Ciência Política e as Relações Internacionais, e as análises sobre o espaço lusófono e sobre a conjuntura internacional, numa perspectiva tributária da identidade portuguesa e da reflexão em torno do conceito estratégico nacional.

A verdade é que a história do ISCSPP está desde há meio século indissocià-

velmente ligada ao Professor após o seu encontro com o Almirante. E esta *relação axial* constitui um marco bem definido da evolução da relação entre a Marinha e o ISCSP, dividindo-a precisamente em dois grandes períodos: até Sarmiento Rodrigues e após Adriano Moreira, ou, talvez melhor, com Adriano Moreira.

O primeiro período corresponde a uma situação praticamente tutelar da nossa escola por parte da Marinha, enquanto esta tinha acoplado, por tradição, o Ministério das Colónias ou do Ultramar, correspondendo também, em determinada medida, à acção dirigente e pedagógica de um conjunto de oficiais e ex-oficiais de Marinha; o elemento imediatamente visível dessa influência foi sem dúvida o uniforme dos alunos – branco no verão e azul escuro no inverno – que perdurou até à fase do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. O segundo período é caracterizado pelo caminho percorrido pela nossa escola em direcção à emancipação e à autonomia universitária, sucessivamente ISCSPU e ISCSP, iniciando-se a cooperação institucional com a Marinha, em particular com o Instituto Superior Naval de Guerra, que se manteve até aos tempos actuais, com reciprocidade de troca de professores e conhecimentos.

O ISCSP hoje, instituição universitária de referência no ensino e investigação no campo das ciências sociais e políticas, no seu centésimo primeiro ano de existência, não esquece nem deixa de orgulhar-se da sua herança genética, impressa naquele tronco comum da Marinha e Ultramar de que falava o Almirante Sarmiento Rodrigues. As raízes desse tronco estão seguras no tempo à Ordem de Cristo e ao Infante D. Henrique, que foi não só promotor desse extraordinário feito marítimo, humano e científico que foram os Descobrimentos, mas também – o que muitas vezes não é recordado - protector da Universidade, que abrigou e reformou.

Não é pois de admirar que tal tronco comum se reflecta claramente na simbologia do ISCSP com o Padrão dos Descobrimentos e a divisa *talant de bien faire* - a mesma do Infante, da Marinha e da Escola Naval – imposta pelo Rei D. Carlos na sessão inaugural da nossa escola em 25 de Outubro de 1906.

2. A ACÇÃO DE LUCIANO CORDEIRO

A génese do ISCSP remonta contudo ao início do último quartel do século XIX, quando, em 1878, no seio da recém criada Sociedade de Geografia de Lisboa, um grupo de homens de carácter e de ciência e cultura, patriotas e irre-

verentes, concebeu um designado *Projecto de uma Escola de Disciplinas relativas à Terra e à Gente e às Línguas do Ultramar Português – Curso Colonial Português*.⁵ O principal dinamizador e relator do projecto era Luciano Cordeiro, então com 34 anos, ex-oficial de Marinha, o qual, juntamente com os restantes subscritores, considerava que o "*espírito científico*" escasseava nos então chamados "*negócios ultramarinos*", na organização política e administrativa das colónias, ao mesmo tempo que queriam marcar a presença de Portugal em África face à ameaça internacional que levaria à partilha do continente pelas potências europeias na célebre Conferência de Berlim de 1884-85. Invocando a tradição, esse projecto tinha como objectivo fundamental a inovação de processos e comportamentos, nomeadamente na projecção da administração pública portuguesa para África, e note-se que hoje o ISCSP mantém uma posição marcante no ensino e investigação em ciência política, relações internacionais e em administração pública.

O lema das comemorações dos 100 anos da nossa escola foi *tradição e inovação*, uma síntese que traduz a nossa cultura institucional, sustentada no passado mas, usando palavras de Adriano Moreira, "*marcando a presença do futuro*". Eram também esses valores que moviam Luciano Cordeiro quando, em 1877, na 1ª sessão solene anual da Sociedade de Geografia, após lembrar a acção do Infante D. Henrique, afirmava "*nós somos os continuadores e os colaboradores duma tradição nacional*".⁶ No ano seguinte, em 1878, na mesma altura da apresentação do projecto da Escola, publicou em francês o seu estudo basilar *A Hidrografia Africana no Século XVI*,⁷ um exemplo do espírito científico que o orientava, e também da defesa do nosso conhecimento sobre África perante os estrangeiros, que nos desvalorizavam e a quem atribuía, segundo as suas palavras, "*uma fatal ignorância da nossa língua e da nossa literatura geográfica africana*".⁸

Nesse trabalho, Luciano Cordeiro fez não só um levantamento exaustivo das fontes portuguesas sobre o interior do continente africano, incluindo documentos inéditos da Torre do Tombo, mas também uma análise interdisciplinar – diríamos hoje – dessas fontes, nos seus aspectos histórico, geográfico, etnográfico e etnológico, com incursões no domínio da linguística e etimologia africana.

Esta abordagem interdisciplinar, modernista, também estava patente no projecto da Escola, mas seria ainda necessário esperar uma geração até que passasse do papel para a prática, sob a liderança de outro oficial de Marinha, o Comandante e posterior Almirante Ernesto de Vasconcellos.

3. A GERAÇÃO DE ERNESTO DE VASCONCELLOS

O primeiro director foi o Conselheiro Ferreira do Amaral, oficial de marinha, mas o Almirante Ernesto de Vasconcellos, engenheiro hidrógrafo, foi efectivamente, permitam-me a imagem, o primeiro marinheiro ao leme da nossa escola, no sentido em que a sua acção se desenvolveu ao longo de mais de um quarto de século, tendo sido determinante na sua criação e resguardo no seio da Sociedade de Geografia. Quando era 1º secretário-geral desta Sociedade, em 1901, e aí se realizou o 1º Congresso Colonial, logo propôs a criação de um Instituto Colonial. Cinco anos depois, em 1906 – uma geração após o primeiro projecto -, era criada a Escola Colonial, quando o professor de medicina Manuel Moreira Júnior exerceu as funções de Ministro da Marinha e Ultramar.

Em 18 de Janeiro de 1956, na Sociedade de Geografia, na sessão comemorativa dos nossos 50 anos, o professor José Santa-Rita, na escola desde 1916, recordou o contexto em que Moreira Júnior assumiu aquela pasta:

*"(...) a recordação que conservo da sua entrada para o Ministério é a de um jornal de caricaturas que o representava envergando a bata de médico, metido nas águas do Tejo até ao joelho e colando tiras de adesivo no velho couraçado 'Vasco da Gama', o mais importante navio da nossa decrépita marinha de guerra."*⁹

O desempenho do Ministro Moreira Júnior acabou por contrariar o caricaturista, mas na realidade o país encontrava-se então em sérias dificuldades financeiras que não favoreciam a criação de novas instituições a cargo do Estado. A ultrapassagem deste obstáculo deve-se em grande medida a Ernesto de Vasconcellos, que na altura era precisamente o chefe de gabinete do Ministro. A Escola Colonial ficou abrigada na Sociedade de Geografia e o corpo docente foi recrutado entre funcionários públicos, civis e militares, de modo a que o problema da sua remuneração fosse resolvido através de meras gratificações pela acumulação de funções. Naqueles primeiros tempos, referindo somente os oficiais da Marinha, enquanto o então Comandante Ernesto de Vasconcellos se ocupou da disciplina de Geografia Colonial, o Contra-Almirante José Francisco da Silva leccionou Etnologia e Etnografia Coloniais, ficando o Kimbundu a cargo do 1º Tenente Capelão José Matias Delgado.

A acção do Almirante Ernesto de Vasconcellos foi portanto fulcral para o arranque da nova e inovadora instituição, transferindo para esta ao longo de um quarto de século, como professor e investigador, com as várias obras que

publicou, o prestígio científico que lhe era reconhecido em Portugal e no estrangeiro. Ademais, foi um respeitado conselheiro político e negociador internacional de questões ultramarinas ao serviço de Portugal, como a célebre questão do Barotze em que reclamámos e obtemos, por empenho seu, 1/5 do território que hoje faz parte de Angola. Como observou o saudoso historiador luso-moçambicano Alexandre Lobato:

*"No seu tempo, ninguém melhor do que ele conhecia o passado e o presente das colónias portuguesas e todos os nossos problemas coloniais, internos e internacionais, tornando-se por isso o homem indispensável no lugar conveniente".*¹⁰

Outro professor mais jovem seu contemporâneo, Lopo Vaz de Sampayo e Mello, ex-oficial de Marinha, recordou-o assim nas comemorações dos 40 anos da escola:

*"Durante a permanência da Escola Colonial nas instalações da Sociedade de Geografia, não só a frequência se foi, pouco a pouco desenvolvendo, como também, o ensino se foi paralelamente completando, criando-se novas cátedras e passando a ser de três anos lectivos, o curso que, primitivamente, abrangia apenas dois anos. Diversas medidas legislativas para tais efeitos foram promulgadas, entre as quais é de citar a reforma decretada pelo Ministro das Colónias João Soares. Mas a alma, o inspirador, o promotor desses progressos, o deus ex-máquina dos aperfeiçoamentos e da valorização da Escola Colonial, que, modestamente, sempre deixou ficar na sombra a grande valia da sua obra, (...) era sempre Ernesto de Vasconcelos (...)".*¹¹

O Almirante Ernesto de Vasconcellos foi ainda conselheiro da grande reforma de 1926-27 que atribuiu o estatuto superior à Escola Colonial, levada a cabo pelo Comandante João Belo como Ministro das Colónias, que o admirava e tinha servido sob as suas ordens. No processo individual do Almirante, que conservamos no ISCSP, consta um documento de 8 páginas datado de 1929, ano anterior ao da sua morte com 78 anos, no qual apresenta um conjunto de propostas para aperfeiçoar a Escola Superior Colonial, que é um exemplo do seu espírito científica e pedagógicamente irrequieto e da sua devoção à instituição.

É por tudo isto, pela sua influência, que podemos falar na geração de Ernesto de Vasconcellos para caracterizar o primeiro quarto de século de vida da Escola Colonial.

4. A GERAÇÃO DE LOPO VAZ DE SAMPAYO E MELLO

Mas com o final de carreira e falecimento do Almirante Ernesto de Vasconcellos, a reforma de João Belo, tal como a designamos no ISCSP, fez emergir uma nova influência predominante na escola: a do professor Lopo Vaz de Sampayo e Mello, ex-oficial da Marinha, o qual, por causa das suas fortes convicções monárquicas, nos turbulentos tempos da instauração da República, se vira obrigado a abandonar a carreira e a partir para o exílio. Como o próprio explicou na ocasião das já referidas comemorações dos 40 anos, deu-se a circunstância de ser amigo íntimo do Comandante João Belo. Era, como dizia:

*"(...) seu antigo camarada a bordo, seu companheiro de armas em África, a quem estava, desde sempre, ligado, pela mais fraternal amizade (...)".*¹²

Conforme revelou ainda naquela ocasião, foi-lhe *"entregue, pelo ministro, a elaboração da nova reforma"*, decretada em 25 de Outubro de 1926, e, precisamente no dia seguinte, em 26 de Outubro, recuperou formalmente o seu lugar de professor da Escola, que tinha ganho em concurso, em 1910, com a obra intitulada *Política Indígena*.¹³ O Curso Superior Colonial tinha então 4 anos, nele sendo leccionadas, para além de línguas como o Inglês, o Quimbundo de Angola e o Ronga de Moçambique, e matérias práticas como Topografia e Cartografia, Higiene, Zootecnia e Construção Civil, disciplinas de Geografia, Etnologia e Etnografia, História, Economia, Direito Internacional Público e Privado, Administração Pública e, obviamente, *Política Indígena*, a qual, no quarto de século, seguinte adquiriria um certa proeminência entre as demais.

É justo referir, com objectividade, que a disciplina de *Política Indígena* foi de facto no seu tempo inovadora ao colocar-se na perspectiva, considerada muito moderna, da Sociologia, traduzindo a abordagem científica da realidade social africana defendida por Lopo Vaz de Sampayo e Mello desde 1910. Era uma sociologia aplicada que tinha como característica marcante a tradição humanista e universalista portuguesa, assumindo claramente uma visão culturalista dos africanos em contraposição à visão biologista e racista que postulava a inferioridade destes em relação aos europeus. Analisava por isso as capacidades intelectuais dos colonizados sob o ângulo do relativismo cultural e da sua igualdade como seres humanos, qualificando a Sociologia colonial como *"uma astro de primeira grandeza"* e uma *"doutrina importantíssima"* que vinha decisivamente esclarecer os problemas da sociedade colonial.¹⁴

Como já tive a oportunidade de referir nas comemorações dos 100 anos

do ISCSA, a propósito da nossa tradição dos estudos africanos, desse período ficou registado no Anuário e na revista Estudos Coloniais o avanço do conhecimento sobre África desenvolvido na Escola, o que pode também ser observado em obras editadas individualmente. Mendes Corrêa, por exemplo, publicou no final dos anos 40 uma designada *Síntese de África*, que era uma espécie de resposta ou contrapeso à então “bíblia” dos estudos africanos, o livro *An African Survey*, de 1938, coordenado pelo britânico Lord Hailey, que visitou a nossa Escola em 1945, ano em que terminou a 2ª guerra mundial e se reeditou esse mesmo livro.¹⁵ A abrir a *Síntese de África*, Mendes Corrêa afirma a intenção de produzir uma visão portuguesa dos problemas africanos¹⁶ e, significativamente, coloca no final da obra uma estampa do Infante D. Henrique com a legenda “O iniciador da investigação científica africana nos tempos modernos”. No 3º Congresso Internacional de Ciências Antropológicas e Etnológicas em Bruxelas, em 1948, critica a metodologia científica dos ingleses como sendo afastada da realidade, em particular a *tese da estabilidade das culturas*, contrapondo a *tese da evolução multilinear desordenada e brusca* que requeria uma análise na perspectiva do *contacto de culturas* diferentes e das consequentes mudanças culturais e sociais.¹⁷

Este modelo de análise seguido na nossa Escola radicava na cultura institucional e no trabalho anteriormente desenvolvido, nomeadamente por Lopo Vaz de Sampayo e Mello que, para além de ter regido Política Indígena e, previamente, até 1912, História da Colonização e Administração Colonial, também ensinou a disciplina de Etnologia e Etnografia, substituindo, intermitente mas cumulativamente 6 anos, o professor António de Almeida quando este cumpria mandato de deputado à Assembleia Nacional. Curioso detalhe é o elogio que lhe é feito no jornal *Novidades*, de 15 de Fevereiro de 1935, sobre as suas aulas práticas, onde eram simulados julgamentos de homicídio por feitiçaria. Problema complexo e ainda tão actual, frequentemente objecto das denúncias dos missionários cristãos em África.

Sampayo e Mello foi também, durante 19 anos, director do Anuário da Escola, e também representante desta na Comissão para a Exposição Colonial Internacional de Paris, na Comissão da História da Colonização e no Conselho do Império Colonial, onde, em 1936, foi encarregado de fazer o inquérito relativo à existência ou não de escravatura nas colónias portuguesas. Nessa altura, quando foi a Madrid participar na Conferência de Altos Estudos Internacionais, Lopo Vaz de Sampayo e Mello era tratado como “Comandante” no Diário de

Notícias de 25 de Maio de 1936. Pormenor porventura sintomático, na percepção pública da época, da forte relação da Marinha com a Escola Superior Colonial.

Acabaria por adoecer subitamente em Janeiro de 1949, em plena actividade académica, e morrer no mês seguinte com 65 anos de idade, marcando o fim de uma geração, a sua própria, num tempo de revisão do secular princípio da colonização.

5. A GERAÇÃO DE ADRIANO MOREIRA

Chegámos assim à idade madura da nossa escola e à *relação axial* entre Sarmento Rodrigues e Adriano Moreira que a emancipou e projectou na plenitude da vida universitária, largando a tutela protectora da Marinha mas mantendo a conexão. Nunca é demais salientar o papel fundamental do Almirante Sarmento Rodrigues na "correção" do nosso rumo face aos ventos da história e da conjuntura internacional. A escola teve de facto a sorte, digamos simplesmente assim, de ter tido, no início dos anos 40, o então Comandante Sarmento Rodrigues como um dos seus mais distintos alunos, com notas oscilando entre os 16 e os 18 valores, e depois como professor, em 1949, substituindo precisamente Lopo Vaz de Sampayo e Mello na disciplina de Política Indígena.¹⁸ Quando foi exercer as funções de Ministro das Colónias, em 1950, possuía já uma ligação íntima à escola, que visitou logo no início do mandato, afirmando a "*indispensabilidade do ensino que nela se ministra*", para logo de seguida anunciar o seguinte:

*"Admito (...) que se encare uma nova orientação, e eu próprio tenho como certo que muito mais haveria que ensinar neste país, acerca do Ultramar. (...) seremos nós que, baseados na tradição e fortalecidos pela razão, haveremos de traçar mais uma vez o nosso próprio rumo, neste campo de ensino. (...) Desejaria que lhe pudessem ser facultados todos os meios de acção de que precisa, nas suas instalações e no contacto que os seus professores carecem de ter com o Ultramar. Embora haja que atender às dificuldades económicas do momento presente, tenho esperança que, com confiança e boa vontade, alguns benefícios se hão-de conseguir."*¹⁹

E de facto não tardou muito até que a mudança inundasse a Escola Superior Colonial, transformando-a em Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, com uma nova dinâmica reformista da política colonial. Na verdade, a visão do

Almirante assentava numa longa experiência de terra e de mar em África, desde que fora nos anos 30 Capitão dos Portos de Chinde e de Quelimane e da canhoeira Tete, e depois Governador da Guiné nos anos 40, onde, entre outras obras, criou o Centro de Estudos e o Boletim Cultural da Guiné Portuguesa.

Sarmento Rodrigues era um homem essencialmente culto, com uma perspectiva de abertura do regime vigente que, por sua vez, abriria o espaço de manobra para o jovem professor Adriano Moreira avançar com o seu inovador ensino e investigação no campo inter-activo das relações internacionais e da política ultramarina. Com efeito, em somente dez anos, a Escola Superior Colonial passou a Instituto Superior de Estudos Ultramarinos e depois a Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, integrado na Universidade Técnica de Lisboa.

Isto resultou de meio século de evolução pedagógica e científica da própria Escola e também da mudança da conjuntura internacional após a 2ª guerra mundial e em particular depois da Conferência de Bandung de 1955. Ao antigo princípio colonial sucedia o novo princípio anti-colonial. Foi neste contexto que Adriano Moreira marcou a mudança da velha *Política Indígena* para a nova disciplina de *Política Ultramarina*, publicada em livro em 1956 como homenagem ao meio século da existência da escola, com uma nova leitura da conjuntura internacional, em tempo real, não coincidente com a do regime, tributária em grande medida das modernas correntes das ciências sociais americanas, compreendendo integralmente o processo de descolonização em curso, em especial no que respeitava a África, e seus reflexos na posição de Portugal.²⁰

Neste sentido é de assinalar o facto, histórico, de no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos se ter começado a reflectir na continuação da colonização, nas tendências do anti-colonialismo e nos caminhos possíveis da "*autonomia progressiva e irreversível*" que Adriano Moreira tentaria pôr em prática enquanto Ministro do Ultramar no início dos anos 60. Tudo em nome do espírito científico, do realismo e do patriotismo preocupado com o futuro de Portugal, de acordo com a tradição da nossa cultura institucional. Não é pois de admirar que Eduardo Mondlane, o futuro fundador da FRELIMO, então a preparar um doutoramento em Psicologia Social na Universidade de Northwestern, em Chicago, tenha colaborado no livro sobre o Anticolonialismo, com uma introdução do então Comodoro Sarmento Rodrigues, editado no final dos anos 50 pelo Centro de Estudos Políticos e Sociais que funcionava no quadro do Instituto e da Junta de Investigações do Ultramar sob a coordenação de Adriano Moreira.²¹

E nessa atitude responsável mas irreverente perante o regime, era no

Infante D. Henrique que Adriano Moreira buscava inspiração, como está patente na comunicação que fez ao Congresso Internacional da História dos Descobrimentos, em 10 de Setembro de 1960, intitulada *O Pensamento do Infante D. Henrique e a Actual Política Ultramarina de Portugal*.²²

Em termos científicos, nesse período, o salto foi absolutamente extraordinário no estudo e acompanhamento da realidade social africana e da conjuntura internacional, como é evidente na enorme lista de publicações do Centro de Estudos Políticos e Sociais num tão curto espaço de tempo. Para além dos trabalhos de Adriano Moreira, são fundamentais os de Jorge Dias sobre África, sendo os quatro volumes dos Macondes de Moçambique uma peça singular de investigação científica sem correspondência à altura na literatura antropológica africanista britânica e francesa. Na verdade, não é possível referir aqui todos os nomes que suportaram a acção e a coordenação de Adriano Moreira, sem os quais não poderia ter sido feito o que se fez, em inúmeros colóquios e estudos multidisciplinares e interdisciplinares, dedicados principalmente aos problemas africanos e às questões internacionais.²³ É no entanto de referir os trabalhos de Silva Rêgo no domínio da História da Colonização e da Missionologia, de Rodrigo Sá Nogueira no campo da Linguística Africana, e também os então assistentes José Júlio Gonçalves, Óscar Soares Barata, João Pereira Neto, Narana Coissoró, Afonso Mendes e José Maria Gaspar que realizariam teses de doutoramento no âmbito da realidade africana sobre temas como os islamizados, as relações raciais, a administração pública, o direito tradicional e os problemas do trabalho, “a geração da nova fundação”, como lhes chamou Adriano Moreira nas comemorações dos nossos 90 anos.²⁴

Nos anos 60, leccionavam-se assim no Instituto disciplinas inovadoras, num conjunto de quase quarenta, como Introdução à Sociologia, Metodologia das Ciências Sociais, Geopolítica Tropical, Antropologia Cultural e História das Teorias Políticas e Sociais. Fruto da dinâmica em grande parte imposta por Adriano Moreira e do novo estatuto reconhecidamente universitário, o objecto de estudo do Instituto ampliava-se para além da questão meramente africana, evidenciando uma tendência que viria a firmar-se após o 25 de Abril com o ISCS.

Mas, neste percurso, a conexão entre a Marinha e o Instituto não foi quebrada, originando-se uma nova forma de relacionamento que chegou aos nossos dias, baseado na troca de professores e conhecimentos. Em 1956, no mesmo ano da edição de Política Ultramarina, Adriano Moreira publica nos *Anais da Marinha* o artigo Conjuntura Colonial Mundial, o primeiro facto regis-

tado da sua relação com a Marinha.²⁵ Dois anos depois, em 1958, em plena fase de desenvolvimento de análises e conceitos operacionais no campo da Ciência Política e Relações Internacionais, começa a colaborar com o Instituto Superior Naval de Guerra como Conferencista, numa altura em que também era membro da delegação portuguesa às Nações Unidas. Em breve iria para o Ministério do Ultramar e começaria a guerra colonial, não impedindo contudo tais circunstâncias que findasse a sua colaboração com o Instituto Superior Naval de Guerra, o qual, no início dos anos 60, se instalaria na Rua da Junqueira, tal como o ISCSPU, a poucos metros de distância.

Nesses conturbados anos 60, a actividade na nossa escola foi intensa e quase revolucionária no desenvolvimento das ciências sociais em Portugal, na investigação e no ensino de novas matérias, com convidados estrangeiros e nacionais que aí leccionavam ou proferiam conferências que despertavam assistências ávidas de perspectivas originais e abertas ao mundo das idéias contemporâneas. Foi nesse contexto, em 1964, que o então Comandante Tengarrinha Pires, professor do Instituto Superior Naval de Guerra, foi convidado a leccionar na nossa escola a disciplina inovadora de Geopolítica Tropical.²⁶ A sua regência duraria porém somente um ano lectivo, pois o Almirante Reboredo, então Chefe do Estado-Maior da Armada, não pôde prescindir da sua colaboração na guerra em África. Adriano Moreira, por seu turno, passaria de Conferencista a Professor do Instituto Superior Naval de Guerra, em 1968, regendo a disciplina de Política Internacional. Como sempre foi seu timbre na vida universitária, e conforme recorda Óscar Soares Barata:

"(...) foram logo preparados apontamentos que também serviram ao ensino do ISCSPU, fazendo-se uma primeira edição policopiada através da Associação Académica do Instituto".²⁷

A Política Internacional de Adriano Moreira é, de facto, uma obra marcante, histórica, da introdução do estudo da Ciência Política e das Relações Internacionais em Portugal, e a Marinha, como se vê, não deixa de lhe estar intimamente associada. No ano seguinte, em 1969, por resistência ministerial à modernidade científica e pedagógica do ISCSPU, Adriano Moreira seria demitido da sua direcção. A Marinha não deixaria contudo de continuar a considerá-lo seu professor. Tem amplo significado, por exemplo, no ano lectivo de 1972-73, um ano antes do 25 de Abril, em tempo de guerra prolongada, que Adriano Moreira tivesse proferido no Instituto Superior Naval de Guerra a lição inaugural dos cursos intitulada "Os Projectistas da Paz".²⁸

Nem mesmo com o 25 de Abril, que o obrigou a partir para o exílio no Brasil, a Marinha o deixou de considerar seu professor, lealdade reconhecida e retribuída, em 1976, no livro *Saneamento Nacional*, uma análise realista do PREC e da conjuntura internacional, iniciada com uma carta dirigida aos oficiais dos cursos no Instituto Superior Naval de Guerra, para, de acordo com as suas palavras, "*continuar um interrompido diálogo que durou anos, e no qual nunca foi omitido qualquer aspecto na conjuntura portuguesa*".²⁹ Por essa altura, a nossa escola também sofreu as turbulências revolucionárias do momento, foi fechada, e finalmente reaberta no início dos anos 80.

Reanimou-se assim a troca de professores e conhecimentos entre ambas as instituições, particularmente nas áreas da Ciência Política, Relações Internacionais, Estratégia e Geopolítica. O primeiro oficial de marinha a ser convidado para leccionar no ISCSP, nesta nova fase do nosso relacionamento, foi o Almirante António Emílio Sacchetti, actual presidente desta Academia. A seguir foi o Comandante Virgílio de Carvalho e depois o Almirante António Quesada de Andrade e o Comandante António Silva Ribeiro, que foi ex-aluno do ISCSP, aprovado com distinção no Mestrado em Estratégia, e que é actualmente nosso professor e colega. Temos também a honra, e permitam-me dizer, o proveito, de contarmos com a colaboração, desde o presente ano lectivo, do Almirante Lopo Cajarabille, ex-Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada e actual presidente do Grupo de Estudos e Reflexão Estratégica da Marinha.

Todos são esteios do ISCSP, mas seria injusto não fazer aqui uma referência especial ao Almirante Sachetti, que, pela Marinha, é o símbolo vivo da nossa relação neste último quarto de século. Em carta dirigida ao Director do Instituto Superior Naval de Guerra, em 20 de Outubro de 1982, Adriano Moreira, manifestando a intenção do Conselho Científico, solicita-lhe que autorize a colaboração do então Capitão de Mar e Guerra António Emílio Sacchetti na disciplina de Pactos Militares e Organizações de Defesa do recém criado e inovador Mestrado em Relações Internacionais do ISCSP. Seguiu-se um parecer dirigido ao Reitor da Universidade Técnica de Lisboa e ao Director Geral do Ensino Superior, também por si assinado e pelo Almirante Coelho da Fonseca, na qualidade de director do Instituto Superior Naval de Guerra, e pelo Almirante Tengarrinha Pires como ex-professor de Estratégia deste Instituto e de Geopolítica do ISCSP.³⁰

O já Contra-Almirante Sacchetti começaria a leccionar na nossa escola no ano lectivo de 1983/84, tendo sido ainda convidado, após voto unânime do Conselho Científico, para ser membro do Conselho Consultivo do Instituto de

Relações Internacionais, a recém criada estrutura de coordenação da investigação no ISCSP, onde ainda foi nomeado Director do Centro de Estudos Estratégicos. Na licenciatura e no mestrado em Relações Internacionais e no mestrado em Estratégia, regeu as disciplinas de Estratégia e Relações de Poder, Geopolítica do Pacífico, Pactos Militares e Organizações de Defesa e o Seminário de Estratégia Naval.

Da sua actividade resultou uma extensa lista de trabalhos académicos, publicados no âmbito do ISCSP, que começou em Pactos Militares e Organizações de Defesa na Região Euro-Americana, editado em 1982, e em Temas de Política e Estratégia, editado em 1986. Jubilado como Professor Catedrático Convidado do ISCSP, a sua ligação à escola mantém-se viva, como é evidente, e ainda há poucos dias atrás apresentou, na Academia Militar, o livro de geopolítica "O Salto do Tigre" do Professor do ISCSP António Marques Bessa.³¹

A sua acção pedagógica e científica ao longo destes anos no ISCSP, para além do inestimável valor académico, é pois um exemplo de dedicação à escola e aos alunos.

E na nossa relação pedagógica a reciprocidade também ocorreu, pois, para além de Adriano Moreira, também colaboraram regularmente com o Instituto Superior Naval de Guerra, ao longo deste quarto de século, os professores do ISCSP Óscar Soares Barata, Políbio Valente de Almeida e António Marques Bessa, e as assistentes Conceição Pequito e Maria Francisca Saraiva. Esta relação viria infelizmente a terminar com a extinção do Instituto Superior Naval de Guerra em Setembro de 2005.

Pensamos ter honrado a nossa relação e vêmo-nos retratados na breve mensagem do Almirante António Rebelo Duarte quando, na sessão solene do encerramento, afirma que o Instituto "*Fez a singradura correcta, escolheu pilotos experimentados, militares e civis. Ganhou prestígio e creditou-o na Marinha*".³² Ficamos ainda felizes e orgulhosos por o Professor Adriano Moreira, pedra angular da relação entre o Instituto Superior Naval de Guerra e o ISCSP neste último meio século, ter sido condecorado, no final do ciclo, com a Medalha Militar de Serviços Distintos, Grau Ouro, da Marinha, a mais alta que pode ser atribuída a um civil.

A nossa relação centenária ficou assim sem um membro mas não perdeu a vitalidade. Para já, temos a colaboração, já apontada, do Almirante Lopo Cajarabille e do Comandante Silva Ribeiro, também em vias de concluir o seu doutoramento no ISCSP, e temos outra ligação que tem vindo a desenvolver-se

nos anos mais recentes num sentido muito interessante. Falo de alunos finalistas do ISCSP que têm vindo a usufruir de estágios na Marinha, particularmente no Estado-Maior da Armada, e do contributo que vêm dando aos trabalhos que aí se produzem. Para se ter uma idêia das potencialidades, veja-se o relatório de estágio de Patrícia Justo, editado pela Marinha, produzido como tese de licenciatura em Ciência Política, sobre os designados Públicos de Interesse na Formulação da Política de Defesa.³³

6. A MARINHA E O ISCSP EM TEMPO TRÍBIO

Mais de um século configura pois a relação entre a Marinha e o ISCSP. Temos agora, nesta conjuntura acelerada do processo de globalização em curso, um vasto leque de possibilidades à nossa frente, de interesse comum a ambas as instituições, servindo Portugal, nos nossos Mestrados em Estratégia, em Políticas Públicas, em Relações Internacionais e em Estudos Africanos, no Grupo de Estudos e Reflexão Estratégica da Marinha, um potencial *think tank* "CIMIC" modelar, e eventualmente na Escola Naval, para além desta Academia de Marinha que hoje simboliza esse espírito, não esquecendo a Sociedade de Geografia de Lisboa onde a nossa relação nasceu e cresceu.

Permitam-me que avance uma reflexão sobre essas possibilidades, com o mar à vista.

O mar configurou Portugal. Se não fosse o mar, Portugal não existiria plenamente como nação nem se tinha projectado universalmente com esse extraordinário feito que foram os Descobrimientos. No entanto, dir-se-ia que o país ficou depois esgotado com tamanho esforço, sem ânimo para se desenvolver nem afirmar perante o estrangeiro.

O grande poema do mar, que são Os Lusíadas, foi escrito por Camões com o orgulho de ser parte de um povo com um passado e um carácter inigualável, com um manifesto político para a Europa, como há muito assinalou Adriano Moreira, transbordando humanismo e universalismo, como tão bem captou Thomas More na Utopia. Recordemos que a principal personagem deste livro tão marcante é o português Rafael Hitlodeu, nobre e marinheiro, que ao longo das páginas discursa àcerca da melhor constituição de uma república. O livro é ficção, é certo, fruto da criatividade de Thomas More, mas o facto é que o protagonista não é um espanhol, um inglês ou um francês, mas sim um português.

Os Lusíadas reflectem também o estertor de uma nação marítima, virtualmente poderosa em termos económicos, que não voltou a reencontrar o desígnio e engenho primordial, quando as energias estavam viradas para o mar. Ao longo dos séculos, até hoje, o mar não ocupou mais o lugar central, estratégico, no destino nacional. É por isso que importa dar atenção e valorizar a ideia que se vem desenvolvendo de transformar o mar num verdadeiro conceito estratégico nacional. O que neste momento existe de reflexão sobre essa ideia já corresponde às exigências da definição geral do conceito, o qual ultrapassa em grande medida idéias vindas de fora como os "cluster" de Porter ou outros estrangeirismos desenvolvimentistas.

Para além de todos os aspectos políticos e estratégicos, e por causa do avanço tecnológico, o mar apresenta hoje um potencial de exploração económica que desafia os países a encontrarem respostas para o desenvolverem em seu benefício. O quadro é alargado e inclui não só a actividade piscatória, os transportes ou os recursos energéticos, mas também o turismo e o lazer, a náutica de recreio, a biotecnologia e a aquacultura, entre muitas outras possibilidades.

A dimensão do mar sob jurisdição portuguesa, como é sabido, é dezoito vezes superior ao nosso território continental e insular e equivale a mais de metade do mar do conjunto dos países da União Europeia. No que respeita aos transportes, por exemplo, temos um tráfego marítimo anual superior a meia centena de milhões de toneladas de carga e, nos nossos portos, transitam mercadorias num valor que se aproxima dos cinquenta mil milhões de euros.

Um tanto à boa maneira dos nossos antepassados, já temos um roteiro, com uma qualidade excelente, para desenvolvermos todo este potencial. Trata-se do relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos, tornado público em 2004, intitulado "O Oceano. Um Desígnio Nacional para o Século XXI". Foi um trabalho elaborado numa perspectiva nacional, independente, congregando múltiplas contribuições de especialistas e personalidades de reconhecido mérito.

Neste momento, o perigo é que a dinâmica gerada na realização deste trabalho abrande fortemente e não se proceda à implementação do conceito de forma prática, sucessiva e rentável, deixando-o manter numa estrutura de visão burocrática excessiva e politicamente enredada. Esta tem sido uma tendência histórica muito nossa, após os Descobrimentos, que parece amarrar-nos à "fatalidade" de sermos muito bons a fazer projectos, mas não tão bons a pô-los em prática.

Esta poderia ser, portanto, uma primeira área de contribuição conjunta da Marinha e do ISCSP para a operacionalização de uma estratégia nacional para o mar, complementar de outras iniciativas oficiais. Poderia porventura passar pela revisão da inserção geopolítica e geoestratégica de Portugal, olhando para a nossa história e alterando-se, para efeitos operacionais, a *percepção vertical* do nosso território no sentido da *percepção horizontal* correspondente à primeira e original representação cartográfica do nosso país. Datada de 1561, desenhada por Fernando Álvares Seco, manteve-se praticamente até ao século XVIII e traduzia, conforme observou em trabalho recente Maria Helena Dias, "a imagem de um país inserido na Península Ibérica, e não um Portugal-ilha".³⁴

Ou seja, podemos estar de olhos postos no mar sem as costas voltadas para o interior, olhando também para este não como uma zona votada a um fatal abandono mas como uma potencial e articulada área de mercado e uma plataforma de projecção económica para o nosso vasto "hinterland".

Outras possibilidades que temos de pensarmos o mar encontram-se obviamente na dupla vertente das relações internacionais e da segurança. Para ser breve, nas relações internacionais há que manter a atenção na União Europeia e nos vários fóruns internacionais relacionados com a negociação e gestão dos recursos dos oceanos e das costas marítimas e com a problemática associada às alterações climáticas.

Na segurança sobressai hoje, no tráfego marítimo, a ameaça da criminalidade organizada associada ao terrorismo. 85% do comércio mundial é realizado por mar. Isto corresponde anualmente a 7 mil milhões de toneladas de mercadorias em 15 milhões de contentores, transportadas por 46 mil navios em 230 milhões de trajectos, tocando 4 mil portos assistidos por cerca de 1 milhão e meio de trabalhadores.³⁵ A equação de risco (ameaça, vulnerabilidade e custo) desta situação é pois grave. Principalmente por iniciativa dos Estados Unidos, têm vindo a ser criados alguns mecanismos de controlo do tráfego, incluindo navios, mercadorias e tripulantes, como, desde 2004, o designado ISPS (International Ship and Port Facility Security Code), mas este só abrange os navios com mais de 500 toneladas. No que respeita ao controlo dos contentores, só se conseguiu assim atingir uma taxa de inspecção na ordem dos 5% do volume total, inclusivé nos Estados Unidos, o que deixa aberta uma enorme brecha a possíveis atentados terroristas.

Os governos e serviços de informações andam por isso continuamente

preocupados com os vários cenários imagináveis de acções da Al Qaeda contra alvos marítimos. Os especialistas mais pessimistas, nomeadamente americanos, reclamando-se contudo realistas, apontam a probabilidade de um ataque da organização de Bin Laden vir a ser dirigido contra um grande navio, talvez de passageiros, ou contra um porto importante ou então num dos pontos-chave das rotas marítimas internacionais. O maior receio reside porém na possibilidade de que venham a ser utilizadas armas de destruição massiva. Contudo, mesmo que não ocorra este cenário extremo, o afundamento de um super petroleiro no estreito de Ormuz ou no estreito de Malaca, regiões com um elevado potencial de islamismo radical, encareceria de imediato os fretes marítimos e os preços do petróleo, repercutindo-se obviamente na economia global.

Tudo isto merece pois acompanhamento e análise. Ademais, tendo em vista o espaço lusófono, cuja coesão é do nosso interesse, será útil acompanhar também o efeito que, no Atlântico Sul e na África, terá o AFRICOM, o novo comando unificado africano dos Estados Unidos recentemente criado e sob a responsabilidade do Almirante Robert Moeller. Na prática, estamos a assistir à expansão para o continente africano do perímetro de segurança que até aqui tem abrangido o continente americano sob a tradicional inspiração da *Doutrina de Monroe* e do *Big Stick*, termos referentes à defesa preventiva dos interesses americanos no plano internacional. Estamos assim perante a introdução de um novo factor nas relações de poder no Atlântico Sul e a nível internacional, com imediato impacto na zona petrolífera do Golfo da Guiné e em dois países africanos lusófonos: Angola e S. Tomé e Príncipe. É um factor não só de tensão mas também de oportunidade que requer aceleração na formulação de uma resposta por parte de Portugal tendo em conta os interesses nacionais e a coesão do espaço lusófono.

Olhando assim para o futuro, ao serviço de Portugal, não faltam pois interesses comuns à Marinha e ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, e confiamos na fortaleza dos nossos alicerces para nos reencontrarmos a celebrar o duplo centenário da nossa relação em sessão tão solene como esta com que a Academia de Marinha nos quis dignificar.

Gilberto Freyre, um vértice da amizade com Sarmiento Rodrigues e Adriano Moreira, ensinava que o tempo é *tríbio*: **Nós seremos no futuro o que projectarmos ser no presente em função do passado**

Notas

- ¹ "O Mais Precioso Tesouro desta Nação", (Discurso, em 9de Julho de 1955, na tomada de posse do Ministro do Ultramar), in **M.M. Sarmiento Rodrigues**, Unidade da Nação Portuguesa, 2 Vols, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1956, Vol. II (pp. 951-957), p. 956
- ² "Os Transmontanos no Mundo. Luciano Cordeiro – Sarmiento Rodrigues", (Conferência, em 1985, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), in **Adriano Moreira**, Comentários, Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1989, (pp.91-106) p. 104; tb in revista Estudos Políticos e Sociais, Vol. XIII, ISCSP, 1985.
- ³ Cfr. "Pioneira do Ensino e da Cultura do Nosso Ultramar", (Discurso, em 13 de Novembro de 1950, na Escola Superior Colonial), in **M.M. Sarmiento Rodrigues**, op. cit., Vol. I, pp. 41 e 43
- ⁴ **Adriano Moreira**, Comentários, op. cit., p. 99; ver tb **Adriano Moreira**, Um cidadão romano da República, in **AAVV**, Almirante Sarmiento Rodrigues, 1899-1979. Testemunhos e Inéditos no Centenário do seu Nascimento, Freixo de Espada à Cinta, Edições INAPA/ Academia de Marinha/ Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, 1999, (pp. 13-19) pp. 14-15
- ⁵ In **José Júlio Gonçalves**, Criação e Reorganizações do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, 1906-1961, 2 Vols, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1962, vol. I, pp. 3-15.
- ⁶ In Obras de Luciano Cordeiro, I, Questões Coloniais, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, p.6.
- ⁷ **Luciano Cordeiro**, L' Hydrographie Africaine au XVI Siècle (Lettres a M. Le Président de la Societé de Géographie de Lyon), Lisbonne, Imprimerie de J.H. Verde, 1878
- ⁸ Idem, p. 7
- ⁹ **José Gonçalo Santa-Rita**, Discurso do Decano do Corpo Docente na sessão realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa, in Anuário do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, vol II, 1955-56, (pp.50-61) p. 54.
- ¹⁰ In **AAVV**, Da Comissão de Cartographia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983). 100 Anos de História, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983, p. 61
- ¹¹ **Lopo Vaz de Sampaio e Mello**, Por Minha Dama (De como Nasceu e tem vivido a Escola Superior Colonial), Conferência realizada, na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 18 de Janeiro de 1946, na Sessão Comemorativa da Passagem do 40º Aniversário da Fundação da Escola Superior Colonial, in Anuário da Escola Superior Colonial, Ano XXVII, 1945-1946, (pp. 35-51) p.41.
- ¹² Idem, p. 42
- ¹³ **Lopo Vaz de Sampaio e Mello**, Política Indígena, Magalhães e Moniz, Lda, Porto, 1910. Cfr. Processo Individual "Lopo Vaz de Sampaio e Mello", Arquivo dos Serviços Administrativos do ISCSP
- ¹⁴ Idem, p. 10
- ¹⁵ **António Mendes Corrêa**, Síntese de África, Lisboa, Agência-Geral das Colónias, 1949;

Lord Hailey (Coord.), An African Survey. A Study of Problems Arising in Africa South of Africa, London, Oxford University Press, 1938. [Este livro britânico, publicado na aurora da 2ª guerra mundial, acabou por ser ultrapassado, quanto aos seus objectivos coloniais, pelo novo princípio anti-colonial que emergiu com a Carta das Nações Unidas e a nova conjuntura internacional]

¹⁶ p. 7.

¹⁷ **António Mendes Corrêa,** Contacts Culturels dans les Colonies Portugaises, in Estudos Coloniais, vol.1 (1948-1949) , Escola Superior Colonial, Lisboa, 1950, pp.9-11.

¹⁸ Cfr. Processo Individual "Manuel Maria Sarmiento Rodrigues", Arquivo dos Serviços Administrativos do ISCSP.

¹⁹ "Pioneira do Ensino e da Cultura do Nosso Ultramar", op. cit., Vol. I, pp. 41-43.

²⁰ **Adriano Moreira,** Política Ultramarina, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar/Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1956.

²¹ **Eduardo Mondlane,** Anti-colonialism in the United States, in **AAVV (Prefácio de Manuel Maria Sarmiento Rodrigues)** , Enquête sur L' Anticolonialisme/Inquiry on Anti-Colonialism, Junta de Investigações do Ultramar/Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1957, pp. 185-206. Cfr. **Pedro Borges Graça,** O Projecto de Eduardo Mondlane, in Estratégia, vol. XII, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Lisboa, 2000, pp.259-354; e A Construção da Nação em África (Ambivalência Cultural de Moçambique), Coimbra, Edições Almedina, 2005, p. 213 ss.

²² **Adriano Moreira,** O Pensamento do Infante D. Henrique e a Actual Política Ultramarina de Portugal, in **Adriano Moreira,** A Batalha da Esperança, Lisboa, Livraria Bertrand, s/d (2ª ed.), pp. 9-29.

²³ Ver, por exemplo, **Óscar Soares Barata,** Adriano Moreira, Quarenta Anos de Docência e Acção Pública, in **AAVV,** Estudos em Homenagem ao Professor Adriano Moreira, 2 Vols., Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas/Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1995, vol. I, pp. 15- 120 (em particular, Anexos II e IV)

²⁴ **Adriano Moreira,** Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - 90 Anos: Um Conceito Científico e Pedagógico, in **AAVV,** ISCSP – 90 Anos, 1906-1996 (Conferência de Aniversário – 18 e 19 de Janeiro de 1996), Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas/Universidade Técnica de Lisboa, 1996, (pp. 41-52) p. 49.

²⁵ **Adriano Moreira,** A Conjuntura Colonial Mundial, Ano 16, nº 33, pp. 12-27

²⁶ Cfr. Processo Individual "António Tengarrinha Pires", Arquivo dos Serviços Administrativos do ISCSP

²⁷ **Óscar Soares Barata,** Adriano Moreira..., op.cit., p. 75

²⁸ **Adriano Moreira,** Os Projectistas da Paz, in Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Janeiro-Junho, 1973, pp. 3-12

²⁹ Cr. **Adriano Moreira,** Saneamento Nacional, Lisboa, Torres & Abreu, Lda, 1976, p. 7

³⁰ Cfr. Processo Individual "António Emílio Sacchetti", Arquivo dos Serviços Administrativos do ISCSP.

³¹ Em co-autoria com o Tenente-Coronel Carlos Mendes Dias, editado pela Prefácio.

³² Cfr. Mensagem do Director, Sessão Solene de Encerramento da Actividade, Instituto Superior Naval de Guerra, 29 de Setembro de 2005

³³ **Patrícia Justo**, Formulação da Política de Defesa: Públicos de Interesse, Lisboa, Divisão de Planeamento do Estado-Maior da Armada, 2006, 143 p.

³⁴ **Maria Helena Dias**, Portugalliae Descriptio, Do 1º mapa conhecido (1561) ao 1º mapa moderno (1865), Lisboa, Instituto Geográfico do Exército, 2006, p. 4.

³⁵ Cfr. **Akiva Lorenz**, Al Qaeda's Maritime Threat, in Internacional Institute for Counter-Terrorism, April 15, 2007 (<http://www.ict.org.il/apage/12134.php>)

TEMAS E REFLEXÕES

Volumes Publicados

1. *A Marinha, A Instituição e os Homens* (Reimpressão)
V.ALM. António Emílio Sacchetti
2. *A Marinha, Instituição em Transformações* (Reimpressão)
V.ALM. António Emílio Sacchetti
3. *Reestruturação das Forças Armadas* (Reimpressão)
V.ALM. António Emílio Sacchetti
4. *Forças Armadas, A Instituição e as Associações*
V.ALM. António Emílio Sacchetti
5. *O Exercício do Poder Público em Espaços de Soberania e Jurisdição Marítima. Autoridade Marítima. (Temas e Discursos Doutrinários)*
V.ALM. Luís da Franca de Medeiros Alves
6. *O Modelo Português de Planeamento Estratégico e de Forças. Processo e deficiências*
Capitão-de-mar-e-guerra. António Silva Rebelo